



AGÊNCIA
PORTUGUESA
DO AMBIENTE

Embalagens (Resíduos) de Produtos Químicos

II Congresso Nacional da GROQUIFAR - Os Novos Desafios da Distribuição Química e Farmacêutica

Ana Sofia Vaz

Assessora do Conselho Diretivo da APA, I.P



ÍNDICE DA APRESENTAÇÃO

- APA: Factos e números
- Enquadramento legal das embalagens e resíduos de embalagens
- Âmbito
- Tipo de embalagens
- Embalagens reutilizáveis
- Embalagens não reutilizáveis
- Embalagens não reutilizáveis de matérias primas e de produtos embalados
- Resíduos de embalagens – Mapa Integrado de Registo de Resíduos
- Excedentes de produtos fitofarmacêuticos - Mapa Integrado de Registo de Resíduos

1. APA: FACTOS E NÚMEROS



A APA foi criada em 2012, em resultado da fusão de 9 organismos distintos.

É um instituto público moderno, integrado na administração indireta do Estado, dotado de autonomia administrativa e financeira e património próprio.

3



MISSÃO

A APA é a instituição pública que tem por missão propor, desenvolver e acompanhar a gestão integrada e participada das políticas de ambiente e de desenvolvimento sustentável.

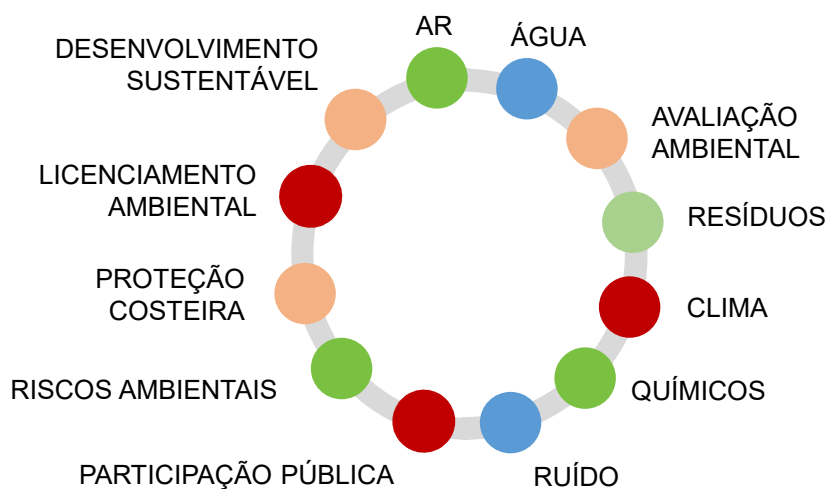


Executa a sua missão através da cooperação próxima e articulada com outros organismos públicos, privados e a sociedade civil.

4

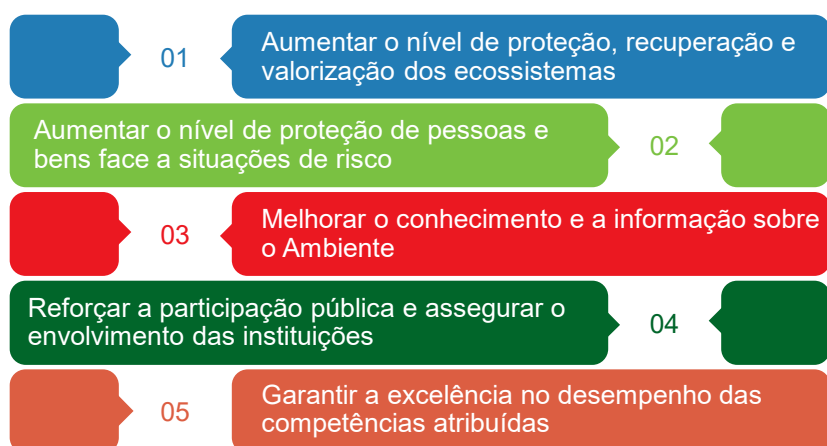


PRINCIPAIS ÁREAS DE ATIVIDADE



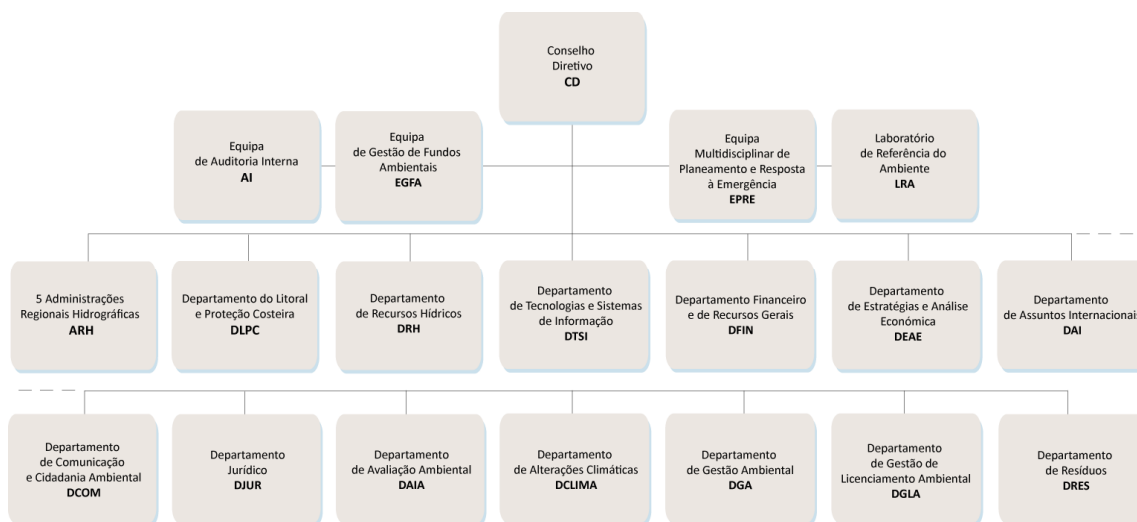
5

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS



6

ORGANOGRAMA



7

RECURSOS HUMANOS

A APA tem cerca de **700** funcionários

têm formação superior
(licenciatura, mestrado ou doutoramento)

são mulheres

61%

64%



8

LOCALIZAÇÃO



A APA tem sede em Lisboa e conta com 5 Administrações Regionais Hidrográficas:

- Norte
- Centro
- Tejo e Oeste
- Alentejo
- Algarve

9

INFRAESTRUTURAS NACIONAIS DA APA



10

Enquadramento legal

Decreto-Lei n.º 366-A/97, de 20 de Dezembro

(republicado pelo Decreto-lei n.º 48/2015 de 10 de abril)

Decreto-Lei n.º 407/98, de 21 de Dezembro

Portaria n.º 29-B/98, de 15 de Janeiro

Portaria n.º 158/2015, de 29 de maio

Decreto-Lei n.º 187/2006, de 19 de setembro

Portaria n.º 758/2007, de 3 de julho

<https://www.apambiente.pt/index.php?ref=16&subref=84&sub2ref=197&sub3ref=276>

Âmbito

Aplicável a todas as embalagens colocadas no mercado, sejam elas utilizadas ou produzidas aos níveis doméstico, industrial, agrícola ou do comércio, incluindo escritórios, lojas e serviços.

*‘Embalagem’ todos e quaisquer produtos feitos de **materiais de qualquer natureza** utilizados para **conter, proteger, movimentar, manusear, entregar e apresentar mercadorias**, tanto matérias-primas como produtos transformados, desde o produtor ao utilizador ou consumidor, incluindo todos os **artigos descartáveis** utilizados para os mesmos fins.*

Tipo de Embalagens

Embalagens não reutilizáveis

Embalagens de fim único, que se transformam em resíduos após o consumo do produto que contiverem.



Embalagens reutilizáveis

Concebidas para cumprir um determinado número de utilizações (para o mesmo fim), durante o seu ciclo de vida.



O que são embalagens reutilizáveis?

- As embalagens reutilizáveis são embalagens concebidas e projetadas para cumprir, durante o seu ciclo de vida, um número mínimo de viagens ou rotações. Estas embalagens são enchidas de novo, com ou sem apoio de produtos auxiliares presentes no mercado que permitam o novo enchimento da própria embalagem, e utilizadas para o mesmo fim para que foram concebidas.
- Em conformidade com a Norma CEN EN 13429:2004: Embalagem - Reutilização, uma embalagem reutilizável, para usufruir desse estatuto deve evidenciar os requisitos essenciais patentes na norma em questão.
- As embalagens reutilizáveis passam a resíduos de embalagens quando deixarem de ser reutilizadas.

Embalagens reutilizáveis [Port. nº 29-B/98; Art. 2]

- Quem coloca embalagens reutilizáveis no mercado deve estabelecer um sistema de consignação que permita recuperar e reutilizar as suas embalagens depois de usadas pelos consumidores.
- Sistema de consignação é um sistema pelo qual o consumidor da embalagem paga um determinado valor de depósito no ato da compra, valor esse que lhe é devolvido quando da entrega da embalagem usada.
- A implementação de um sistema de consignação para embalagens reutilizáveis não carece de aprovação por parte APA.
- A obrigação de elaboração de um plano de gestão das embalagens reutilizáveis recai apenas nos embaladores e ou responsáveis pela colocação no mercado dos seguintes produtos:
 - Bebidas Refrigerantes;
 - Cervejas;
 - Águas minerais naturais de nascentes ou outras águas embaladas;
 - Vinhos de mesa (excluindo aqueles com a classificação de vinho regional e VQPRD – Vinho de Qualidade Produzido em Região Determinada).



Embalagens reutilizáveis [Port. nº 29-B/98; Art. 2]

- A consignação envolve necessariamente a cobrança aos consumidores, no ato da compra, de um depósito, que só pode ser reembolsado no ato da devolução.
- O distribuidor/comerciante é obrigado a cobrar e a reembolsar o depósito, bem como a assegurar a recolha das embalagens usadas, no local de venda, e o seu armazenamento em condições adequadas.
- O depósito consiste numa quantia que o consumidor tem que pagar quando adquire um produto acondicionado em embalagem reutilizável, que lhe é devolvido quando entrega essa embalagem vazia.
- O valor mínimo do depósito deve estimular a devolução da embalagem vazia, sem ultrapassar o seu valor real.
- O valor de depósito deve ser claramente identificado na embalagem ou no suporte utilizado para a indicação do preço de venda do produto.
- Quem coloca embalagens reutilizáveis no mercado pode implantar locais destinados à recolha das embalagens usadas.



Embalagens reutilizáveis [Port. nº 29-B/98, Art. 2]

- Quem coloca embalagens reutilizáveis no mercado é obrigado a proceder à recolha das embalagens recebidas e armazenadas pelo distribuidor/comerciante dentro de um prazo a acordar entre as partes.
- O distribuidor/comerciante não é obrigado a aceitar nem a armazenar embalagens usadas cujo tipo, formato ou marca de produto não comercialize.
- É da responsabilidade dos:
 - Embaladores e/ou responsáveis pela colocação de embalagens no território nacional de produtos embalados em reutilizável: as ações de recuperação e reutilização das suas embalagens e de recolha das embalagens armazenadas pelos distribuidores/comerciantes.
 - Distribuidores/comerciantes: as ações referentes respetivamente à cobrança e reembolso ao consumidor de um depósito e armazenagem das embalagens usadas.

Embalagens reutilizáveis [Port. nº 29-B/98, art. 3, art. 5]

- As embalagens reutilizáveis não podem ser introduzidas nos circuitos municipais de recolha de resíduos.
- No fim do ciclo de retorno, a responsabilidade pelo destino final das embalagens reutilizáveis cabe aos respetivos embaladores ou aos responsáveis pela colocação de produtos no mercado nacional.
- Esta responsabilidade só cessa mediante declaração de assunção de responsabilidade pela empresa ou entidade a quem as embalagens forem entregues.

O que são embalagens não reutilizáveis?

As embalagens não reutilizáveis são aquelas de fim único que, consequentemente, se transformam em resíduos de embalagem após o consumo do produto que contiveram.

Embalagens não reutilizáveis

- O embalador ou importador de produtos embalados em embalagens não reutilizáveis pode optar submeter a gestão das suas embalagens e resíduos de embalagens a um de dois sistemas:
 - **CONSIGNAÇÃO** (sistema pelo qual o consumidor da embalagem paga um determinado valor de depósito no ato da compra, valor esse que lhe é devolvido quando da entrega da embalagem usada.)
 - ou
 - **INTEGRADO** (*sistema pelo qual o consumidor da embalagem é informado, através da marcação, aposta nesta, de que deverá colocar a embalagem usada (enquanto resíduo) em locais devidamente identificado, isto é, com marcação semelhante à da embalagem).*

Embalagens não reutilizáveis - símbolo [DL 366-A/97; Art. 6]

- Obrigação das embalagens não reutilizáveis primárias serem marcadas com um símbolo que identifique a adesão do seu embalador a um sistema de integrado/consignação.
- As entidades gestoras dos sistemas integrados têm a responsabilidade de definir o símbolo.
- A APA pode autorizar a isenção de marcação de certas embalagens primárias não reutilizáveis em casos devidamente fundamentados e por solicitação dos interessados.
- A marcação adequada é aposta na própria embalagem ou rótulo, devendo ser claramente visível e de fácil leitura e ter uma duração compatível com o tempo de vida da embalagem, mesmo depois de aberta.
- O comércio e a distribuição não podem comercializar qualquer produto cujas embalagens primárias não reutilizáveis abrangidas pelo sistema integrado não se encontrem marcadas com o símbolo.



Embalagens não reutilizáveis

- O sistema de consignação para embalagens não reutilizáveis, funciona em moldes similares ao sistema descrito para as embalagens reutilizáveis com as necessárias adaptações.
- A implementação de um sistema de consignação para embalagens não reutilizáveis carece de aprovação por parte APA.




Embalagens não reutilizáveis

- No âmbito do sistema integrado, os embaladores e importadores de produtos embalados, responsáveis pela colocação de produtos embalados no território nacional, transmitem a sua responsabilidade pela gestão dos resíduos das suas embalagens a uma entidade gestora licenciada para exercer essa atividade, tal como consta no artigo 5º do Decreto-Lei n.º 366-A/97, de 20 de dezembro, na sua redação atual.
- A transferência da responsabilidade para a entidade gestora é efetuada mediante um pagamento de uma prestação financeira.

Embalagens não reutilizáveis - responsabilidade pela gestão [DL 366-A/97; Art. 4]

- Os municípios são responsáveis, nos termos da legislação em vigor, pela recolha dos resíduos urbanos, pelo que asseguram a recolha seletiva e triagem dos resíduos de embalagens contidos nestes resíduos
- Os produtores de resíduos de embalagens não urbanas têm de proceder, dentro das suas instalações, à recolha seletiva e triagem desses resíduos e providenciar a sua valorização, diretamente em unidades devidamente licenciadas para o efeito ou através do sistema de consignação ou sistema integrado.

Embalagens não reutilizáveis

Entidade Gestora	Âmbito	Licenciamento	Objectivos de Gestão
	Resíduos de embalagens do fluxo urbano/não urbano/canal horeca	2.ª licença Dezembro 2004- Dezembro 2011	Até 31.12.2011: Valorização: ≥ 60% das ERE colocadas no mercado Reciclagem: 55% - 80% das ERE colocadas no mercado (60% papel, cartão e vidro; 50% metais; 22,5% plásticos e 15% madeira)
	Resíduos de embalagens e medicamentos	Despacho n.º 9592/2015, de 10/8	
	Resíduos de embalagens de produtos fitofarmacêuticos	Despacho conjunto n.º 369/2006, de 4/1	

Embalagens não reutilizáveis de matérias primas e de produtos embalados [DL 366-A/97; art. 6]

Os operadores económicos que importam (incluindo as transferências de países da Comunidade Europeia) matérias-primas ou produtos embalados para consumo próprio:

- não são obrigados a aderir a um sistema de consignação nem integrado
- devem reportar à Agência Portuguesa do Ambiente os dados referentes a essas embalagens.

Resíduos de embalagens – Mapa Integrado de Registo de Resíduos (MIRR)

- Os **estabelecimentos que utilizam produtos fitofarmacêuticos** são obrigados a preencher MIRR porque da utilização desses produtos resulta a produção de resíduos, nomeadamente embalagens de produtos fitofarmacêuticos classificadas com o código 150110* da Lista Europeia de Resíduos (LER) – embalagens contendo ou contaminadas por resíduos de substâncias perigosas ou eventuais excedentes desses produtos.
- Tratam-se de pessoas singulares ou coletivas responsáveis por estabelecimentos que produzem resíduos perigosos (alínea b) do n.º 1 do Artigo 48.º do Decreto-Lei n.º 178/2006, de 5 de setembro, na sua redação atual (RGGR).
- Para o registo deve ser selecionado o enquadramento “produtor de resíduos” ficando disponível para preenchimento o formulário B – produção de resíduos.

Resíduos de embalagens – Mapa Integrado de Registo de Resíduos (MIRR)

O que deve ser registado no formulário B do MIRR pelos **estabelecimentos que utilizam produtos fitofarmacêuticos**:

- os resíduos de embalagens de produtos fitofarmacêuticos produzidos e os outros resíduos produzidos no estabelecimento,
- o destinatário dos mesmos:
 - O estabelecimento que comercializa produtos fitofarmacêuticos e está integrado na rede de recolha da SIGERU (Sistema Integrado de Gestão de Embalagens e Resíduos em Agricultura), indicando que este realiza a operação de tratamento R13 (armazenagem de resíduos prévia a uma operação de valorização);
 - Um estabelecimento autorizado ou licenciado para efetuar a recolha ou tratamento desses resíduos.

Nota: Caso verifique que o NIF/NIPC da entidade a quem os resíduos são entregues não se encontra registado no SILiAmb, deverá ser selecionada a opção “Estabelecimento não definido” (as instruções mais detalhadas sobre a identificação de entidades encontram-se no ponto 3.1 do Manual de preenchimento do MIRR). Note ainda que quando os resíduos são transportados pelo próprio produtor, deve identificar-se a si próprio como transportador dos mesmos no campo correspondente do MIRR].

Resíduos de embalagens – Mapa Integrado de Registo de Resíduos (MIRR)

- Os **estabelecimentos que comercializam os produtos fitofarmacêuticos** não têm que preencher MIRR, dado que a receção de resíduos de embalagens de produtos fitofarmacêuticos nos estabelecimentos que os comercializam, enquanto “pontos de retoma”, quando integrados na rede de recolha da entidade gestora SIGERU, não está no âmbito do registo de dados no MIRR.
- Desta forma, não devem ser registados os resíduos de embalagens de produtos fitofarmacêuticos que lhes tenham sido entregues, nem o seu posterior encaminhamento para um operador de gestão através da entidade gestora SIGERU.
- No entanto, devem preencher o MIRR se forem produtores iniciais de:
 - Resíduos perigosos ou
 - Resíduos não urbanos e tenham mais de 10 trabalhadores.
- Neste caso devem selecionar o enquadramento “produtor de resíduos” ficando disponível para preenchimento o formulário B – produção de resíduos.



Excedentes de produtos fitofarmacêuticos – MIRR

- Sendo os excedentes de produtos fitofarmacêuticos resíduos perigosos, o seu produtor está sujeito à obrigação de submissão do MIRR (alínea b) do n.º 1 do Artigo 48.º do RGGR), nas situações em que estes resíduos não sejam classificados no capítulo 20 da LER. Esses resíduos devem ser registados no formulário B, identificando como destinatário o estabelecimento que procedeu ao tratamento dos mesmos.
- Os excedentes de produtos fitofarmacêuticos que constituem resíduos à luz da definição constante na alínea ee) do Artigo 3.º do RGGR (qualquer substâncias ou objetos de que o detentor se desfaz ou tem a intenção ou a obrigação de se desfazer) podem ser classificados com diferentes códigos LER em função da atividade que dá origem ao resíduo:
 - **Empresas de distribuição de produtos fitofarmacêuticos:** preferencialmente no subcapítulo 0704 da LER (resíduos do FFDU de produtos orgânicos de proteção das plantas (exceto 020108 e 020109), de agentes de preservação da madeira (exceto 03 02) e de outros biocidas), no caso de se tratar de resíduos orgânicos. Caso se trate de um composto inorgânico, poderão ser classificados no subcapítulo 0610 (resíduos do FFDU de produtos químicos azotados, de processos da química do azoto e do fabrico de fertilizantes). Se não for encontrado nenhum código apropriado nestes capítulos a identificação do resíduo deve fazer-se no capítulo 16 da LER (código 160303* ou 160305*).
 - **Estabelecimentos de venda de produtos fitofarmacêuticos:** classificação no capítulo 20 da LER (resíduos urbanos e equiparados (resíduos domésticos, do comércio, indústria e serviços), incluindo as frações recolhidas seletivamente), mais concretamente no subcapítulo 2001 (frações recolhidas seletivamente (exceto 15 01)).
 - **Empresas que aplicam produtos fitofarmacêuticos ou prestadoras de serviços de aplicação, ou Organizações Oficialmente Reconhecidas para realizar ensaios de eficácias:** caso se trate de uma empresa do setor agrícola ou semelhante, a classificação deve ser com um código apropriado dentro do subcapítulo 0201 (resíduos da agricultura, horticultura, aquacultura, silvicultura, caça e pesca). Caso não se enquadre no setor agrícola, deve optar-se por um código do subcapítulo 0704 da LER, para resíduos orgânicos, ou do subcapítulo 0610 para resíduos inorgânicos. Caso nenhum dos códigos dos capítulos indicados se aplique ao resíduo, a identificação do resíduo deve fazer-se no capítulo 16 da LER (código 160303* ou 160305*).

